

10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte 30 de agosto a 2 de setembro de 2016

ÁREA TEMÁTICA: COMUNICAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA

**A CONTRA HEGEMONIA DAS IMPRENSAS BRASILEIRA E VENEZUELANA  
(1998 - 2013)**

Gabriela Pandeló Paiva - UFSCar

## **A contra hegemonia das imprensas brasileira e venezuelana (1998 - 2013)**

### **Resumo**

O objetivo desse trabalho é, a partir do conceito de Gramsci de hegemonia, analisar as atuações da mídia brasileira e venezuelana em relação aos seus posicionamentos políticos. A teoria gramsciana afirma que os meios de comunicação são aparelhos privados da hegemonia cuja função é garantir a organização intelectual e moral da sociedade a fim de se obter um consenso em relação à ideologia dominante. A mídia brasileira é caracterizada por sua postura conservadora e opinativa frente ao debate político nacional assumindo, no governo Lula, um posicionamento claramente opositor. Na Venezuela, por sua vez, a mídia consolidou-se como porta-voz da oposição ao chavismo e protagonizou uma tentativa de golpe. O artigo se divide em quatro partes, sendo a primeira uma abordagem da teoria de Gramsci; a segunda e terceira partes consistem em estudos dos casos brasileiro e venezuelano, respectivamente. Na última parte se apresentam as conclusões onde é possível perceber o conflito ideológico entre os Estados e seus respectivos aparelhos privados da hegemonia cujas ideologias permanecem acopladas aos blocos históricos anteriores.

Palavras-chave: Contra hegemonia; Gramsci; Mídia; Venezuela.

## **Introdução**

A América Latina do início do século XXI se caracteriza pela presença de governos progressistas cujos objetivos consistiam em romper com o legado neoliberal e assim promover uma maior justiça social para a população. Isso gerou um forte descontentamento para as elites tradicionais que, fortemente ligadas aos aparelhos privados da hegemonia, em especial a mídia, se utilizaram de seus mecanismos para se oporem a estes governos.

A mídia brasileira é caracterizada por sua postura conservadora e opinativa frente ao debate político nacional assumindo, no governo Lula, um posicionamento claramente opositor. Na Venezuela, por sua vez, a mídia consolidou-se como porta-voz da oposição ao chavismo e protagonizou uma tentativa de golpe. O objetivo desse trabalho é, a partir do conceito de Gramsci de hegemonia, analisar as atuações da mídia brasileira e venezuelana em relação aos seus comportamentos contra hegemônicos.

A partir da análise aqui apresentada, é possível obter um melhor entendimento de ambas as trajetórias políticas e como estas foram alteradas pelos aparelhos midiáticos. A escolha do recorte temporal condiz com o período total concernente aos mandatos presidenciais de Lula (2003-2010) e Chávez (1998-2013). Tendo em vista as alterações das relações de poder entre o Estado e os meios de comunicação na Venezuela, ou suas manutenções no caso brasileiro, este trabalho é cientificamente relevante pois consiste em uma base para se compreender, a partir da abordagem teórica gramsciana, contextos de um bloco histórico significativo para o continente. É necessário, portanto, para uma análise mais completa das conjunturas contemporâneas.

Dessa forma, este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica que se organiza em quatro partes. Em primeiro lugar, aborda-se a teoria gramsciana. Na segunda e terceira partes, são realizados estudos dos casos brasileiro e venezuelano, respectivamente. A última sessão consiste nas conclusões onde se torna evidente os conflitos ideológicos entre os Estados, ambos de caráter popular, e seus aparelhos privados da hegemonia, cujas ideologias dominantes se referem aos blocos históricos anteriores, relacionados às elites tradicionais.

## **Conceitos Gramscianos**

A sociedade civil é o "conjunto de organismos chamados 'privados' e que correspondem à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade" (GRAMSCI, 1979 *apud* SCHLESENER, 2007); trata-se do conjunto de instituições nas quais se elaboram as concepções de mundo pelas quais a sociedade se representa a si mesma

(suas lutas e aspirações), onde se organizam os grupos sociais e se realiza sua direção política e cultural (SCHLESENER, 2007).

A ideia de hegemonia está ligada à ideia de Gramsci de Estado, que compreende as características de formação e reprodução das relações de poder nas sociedades capitalistas. Nelas, o poder é exercido através da sociedade política e da sociedade civil. A primeira é composta pelos aparelhos administrativo-burocrático e político-militar, pelos quais a classe que detém o poder tem condições de reprimir e disciplinar os grupos sociais que se opõem ao seu domínio. Já a sociedade civil é formada pelas instituições que elaboram e divulgam ideologias. Dessa forma, possibilita-se a formação de consenso, que é a base de sustentação das relações de poder (SCHLESENER, 2007). O exercício “normal” da hegemonia consiste na junção entre força e consenso, que se equilibram de forma variada, de maneira a aparentar que a força esteja apoiada no consenso da maioria. O consenso se expressa pelos órgãos de opinião pública como jornais e associações, ocorrendo, ocasionalmente, uma multiplicação artificial destes (GRAMSCI, 2000, p. 95).

Segundo Moraes, a constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura ideológico-cultural. Suas formas nem sempre são as mesmas e variam de acordo com a natureza das forças que a exercem. Na perspectiva de Gramsci, a hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico, que articula e dá coesão a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma vontade coletiva, sendo definido por "consciência operosa da necessidade histórica". Para consolidar sua capacidade diretiva e influência ideológica, o bloco hegemônico precisará conservar os apoios conquistados às suas concepções e representações de interesses (MORAES, 2009, p. 36).

A garantia de que uma classe permaneça hegemônica, dirigente e dominante é a partir da manutenção de conflitos entre grupos de forças heterogêneas. Impede-se assim que estes se tornem aparentes e, dessa forma, provoquem uma crise na ideologia dominante e, conseqüentemente, das forças no poder. (GRUPPI, 1978, p. 67 *apud* MORAES, 2009, p. 36)

Em relação aos órgãos de opinião pública, destaca-se o jornalismo. Gramsci denomina “jornalismo integral” aquele cujo objetivo não é apenas atender às demandas do público, mas também criá-las e desenvolvê-las, aumentando assim sua área de influência. Há, portanto, uma sobressaliência deste enquanto aparelho privado da hegemonia na medida em que procura a intervenção no plano político-cultural, buscando assim a organização e disseminação de informações e ideias concorrentes na formação do consenso em torno de certas concepções de mundo (MORAES, 2010).

As corporações midiáticas regulam a opinião social através de critérios de agendamento, que permite selecionar ou excluir temas de acordo com as importâncias que

lhes foram atribuídas. Dessa maneira, transmite-se conteúdos a fim de organizar e unificar a opinião pública em torno de princípios e medidas de valor. É possível observar, assim, que a formação de opinião é uma operação ideológica diretamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de encontro entre a sociedade civil e a sociedade política (MORAES, 2010). O autor acrescenta ainda que os "intelectuais midiáticos" ou "especialistas" dizem aquilo que serve aos interesses de classe e às instituições dominantes, combatendo e desqualificando ideias progressistas e alternativas transformadoras (MORAES, 2015).

O processo da hegemonia, portanto, consiste na disputa do monopólio de órgãos formadores de consenso. A mídia, ao mesmo tempo que busca minimizar os questionamentos, não quer submeter-se a mecanismos de regulação com a argumentação de que exerce a função social de informar a sociedade. A opinião pública, por sua vez, é induzida a crer na relevância apenas do que é transmitido (MORAES, 2010).

A característica essencial da hegemonia é a criação de um bloco ideológico que garanta o monopólio intelectual à classe dirigente, através da agregação de outras camadas de intelectuais. Assim, a criação de um novo bloco histórico depende do desenvolvimento de um novo aparato hegemônico, com direção política e ideológica própria. Dessa forma, seria necessário um rompimento com o sistema hegemônico da classe dirigente e de sua ideologia dominante. A nova camada de intelectuais deve ser capaz de fornecer uma concepção de mundo coerente às suas práticas, dando, portanto, clareza à função histórica desse grupo (ALVES, 2010).

Femia argumenta que a concretização de uma revolução se dá a partir da consolidação da contra hegemonia, já que a conquista do poder não garante a sua manutenção. Isto se dá através de uma "guerra de posição" onde as ideias penetram e subvertem continuamente os aparelhos de difusão ideológica (FEMIA, 2010, p. 52). Sobre a "guerra de posição", característica dos conflitos ideológicos, Hall acrescenta que nenhuma concepção ideológica pode se tornar materialmente efetiva ao menos e até que possa ser articulada no campo das forças políticas e sociais (HALL, 1996, p. 14). Da mesma forma, o conflito ideológico deve assegurar que as ideias dominantes permaneçam relacionadas com a classe dominante em um bloco histórico (HALL, 1996, p. 15).

### **Mídia no Brasil**

Azevedo, em seu panorama sobre o sistema de mídia brasileiro, aponta algumas de suas características históricas como o monopólio familiar, a baixa diversidade externa do ponto de vista político e o viés conservador, um jornalismo orientado para as elites e permeável à influência dos públicos fortes. Somado a isso, no campo político, destaca-se os ciclos autoritários, o retorno recente da democracia e da liberdade de imprensa. O cenário

com baixos números de fontes de informação e opinião é um ponto importante na análise da articulação entre o sistema de mídia e o sistema político (AZEVEDO, 2006).

A mídia de massa possui um papel estratégico na visibilidade de questões públicas nas democracias contemporâneas. Com a complexidade social e o alto nível de segmentação, os assuntos só se tornam questões públicas quando ganham visibilidade em um meio de comunicação de massa. Ocorre, então, uma disputa de agendas pelos atores sociais e políticos e também da própria imprensa que pode tornar-se um ator central em determinados processos políticos. A visibilidade de atores, demandas e temas dependem do grau de pluralidade interna de cada emissora (AZEVEDO, 2006).

Portanto, é possível dizer que a baixa diversidade externa do sistema de mídia brasileiro está diretamente relacionada à relação histórica da mídia com as elites, potencializando a capacidade de segmentos do público forte de agendar temas e questões na imprensa e, conseqüentemente, na opinião pública (AZEVEDO, 2006). No jornalismo neoliberal brasileiro não há um mercado de ideias, e sim uma uniformização ideológica (KUCINSKI, 2005, p. 114).

A centralidade dos meios de comunicação nas sociedades modernas permitiu a consolidação da midiatização de escândalos. Associado a isto existe o surgimento do jornalismo investigativo, que foi responsável pelo sentimento destes profissionais de serem “guardiões do interesse público” ao divulgarem notícias referentes à esfera política, influenciando carreiras e resultados eleitorais. Esse fenômeno se retroalimenta pelos espectadores que acompanham ansiosamente o desenrolar desses episódios, tendo como consequência a quebra da confiança no papel de instituições. Em certos casos, há um exagero por parte da mídia em suas avaliações, com a generalização de atitudes (CHAIA, 2015).

O panorama descrito ficou muito evidente ao longo do segundo mandato do governo Lula, o qual a mídia se posicionou abertamente contra. Kucinski afirma, em primeiro lugar, que o jornalismo brasileiro fora marcado por um preconceito classista em relação a Lula. Devido à falta de formação acadêmica, lhe foram atribuídas as prerrogativas de ignorante e despreparado. Em segundo lugar é essencial ressaltar o método denunciante utilizado para fazer julgamentos morais dos casos de corrupção, sendo transformados em verdadeiros escândalos. Os jornais se alimentavam de dossiês e informações adiantadas pela polícia e por inimigos dos acusados, sem quaisquer verificações. “Nesse jornalismo, o governo é o demônio. Todas as decisões do governo são vistas com suspeição ou descritas como possuidoras de objetivos criminosos ou imorais” (KUCINSKI, 2007, p. 138).

No final do processo, a mídia havia concretizado a inimizade com a parcela da população que se identificava com o governo Lula, bem como a perda de credibilidade aos

seus formadores de opinião. O público que permanecera foi aquele que, ao longo do período, havia se alimentado pelos escândalos cotidianos e pelo festival de indignação vazia (NASSIF, 2007, p. 150).

Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. [...] Todos os dias, [...] os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa, com prejuízo da política e da classe operária. [...] E não falemos daqueles casos em que o jornal burguês ou cala, ou deturpa, ou falsifica para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador (GRAMSCI, 2005 *apud* MORAES, 2010).

A passagem de Gramsci evidencia o papel da imprensa burguesa que visa o prejuízo da classe trabalhadora. No contexto brasileiro em questão, a mídia é acusada de manter essa mesma posição, mas com a peculiaridade de que a burguesia não se configura mais como classe dominante. Existe um conflito entre as estruturas ideológicas, já que os meios de comunicação e o partido político governante propagam ideologias conflitantes. Antes, os aparelhos da hegemonia ficavam juntos ao Estado difundindo o senso comum da classe dirigente. Agora, os meios de comunicação se posicionam contra o Estado. Retomando Moraes, há a "organização e disseminação de informações e ideias concorrentes na formação do consenso em torno de certas concepções de mundo" (MORAES, 2010).

### **A mídia venezuelana**

A crise política que antecedeu a ascensão de Hugo Chávez na Venezuela fez com que os meios de comunicação assumissem um papel crítico que os fortalecia enquanto atores, na medida em que contribuía para um vazio político. Ao demandarem mudanças, emergiram como "defensores do povo" denunciando persistentemente a falta de representatividade e a corrupção da velha classe política. A mídia, portanto, teve um papel importante no clima de insatisfação que culminou na eleição de Chávez (KITZBERGER, 2009).

Houve pouco apoio da mídia na campanha eleitoral de 1998 e o início de seu mandato foi tranquilo, uma "lua de mel". Os conflitos começaram apenas no ano seguinte, quando uma cobertura jornalística enfatizou a inação do governo às vítimas de uma avalanche, o que gerou as primeiras reações de Chávez. A partir daí iniciou-se um conjunto de ações e reações entre o governo e a imprensa que converteram o caso venezuelano no paradigma das relações polarizadas e partidárias. Houvera, neste caso, uma prévia debilidade de valores profissionais no meio jornalístico, que se evidencia em momentos críticos, potencializando esta polarização (KITZBERGER, 2009).

Chávez começa a se confrontar publicamente com jornalistas e proprietários dos meios de comunicação, classificando-os como inimigos do povo e do projeto bolivariano.

Agregado a isso, tem-se a orfandade de oposições político-partidárias organizadas, consolidando os meios privados em um aglutinador de vozes opositoras (KITZBERGER, 2009).

O ápice desse processo foi em abril de 2002 durante a greve de diretores da empresa petroleira estatal PDVSA. As demissões pelo presidente geraram vários protestos e greves encabeçadas pelos setores empresariais e sindicais, os quais receberam uma cobertura dos meios privados a fim de ressaltar sua contundência. O governo tentou responder as acusações pela televisão, mas os canais privados se recusaram a transmitir o pronunciamento. Nesse mesmo dia, uma coalizão de empresários e militares depuseram o presidente afirmando que este havia renunciado, algo que não fora questionado pelas outras emissoras, ao mesmo tempo em que grupos ligados aos golpistas bloqueavam a transmissão das emissoras públicas. Os pronunciamentos militares e protestos em apoio a Chávez não foram noticiados. O desenrolar da crise se constituiu basicamente no conflito entre aliados de Chávez e golpistas pelo controle da informação que chegava à opinião pública venezuelana (KITZBERGER, 2009).

Desse episódio em diante, o conflito entre governo e mídia caminhava juntamente com a radicalização do processo político do país. O governo acusava os meios privados de serem golpistas, praticantes do terrorismo midiático e fantoches do imperialismo, ao mesmo tempo em que investia na ampliação dos meios públicos, onde a programação se dava em resposta à cobertura política do jornalismo privado. Houve uma profunda alteração na agenda jornalística dos meios opositores, bem como um rompimento da relação fontes-jornalistas devido ao aumento da preferência do governo em se comunicar diretamente. O governo, portanto, quebrou o monopólio da mediação jornalística entre Estado e sociedade civil (KITZBERGER, 2009).

Dessa forma, o governo aprofundou o confronto público com a mídia no contexto de luta ideológica. Um ex jornalista da RCTV (Radio Caracas Televisión) que renunciou após abril de 2002 para ocupar o cargo de Ministro da Comunicação e de direção da Telesur, interpretou a política de ampliação da comunicação estatal como parte de uma necessidade de luta gramsciana, pelas mentes e corações a favor dos valores do socialismo em relação à hegemonia capitalista corporativa da mídia privada (KITZBERGER, 2009).

Nos anos seguintes, houve uma redefinição na relação dos meios de comunicação de massas com a esfera do poder político, bem como do Estado na qualidade de agente interventor e regulador da sociedade. O Estado tornou-se “comunicador” implementando um conjunto de políticas públicas que visavam sua hegemonia comunicacional e informativa para a propagação das ideias socialistas. Dessa maneira, seria possível propagar os ideais



revolucionários, bem como impedir as mensagens passíveis de subversão (CANELÓN-SILVA, 2014).

Entre os objetivos principais dessas políticas está a construção da soberania e democratização comunicacional, onde seria garantido o direito do povo de estar informado e praticar o livre exercício da comunicação, garantir que todos os meios de comunicação fossem instrumentos de formação dos valores bolivarianos, consolidar o controle social dos meios de comunicação como ferramenta para o fortalecimento do poder popular. Assim, seria possível o desenvolvimento de um mundo multicêntrico e multipolar sem dominação imperialista e com respeito a autodeterminação dos povos (CANELÓN-SILVA, 2014).

Outra medida relevante tomada por Chávez foi a não concessão ao canal de televisão aberta RCTV por infringirem a Ley de Responsabilidad Social en Radio y Televisión (Ley Resorte). Esta lei aponta que os meios que promovam, façam apologia ou incitem a guerra ou alterações da ordem pública podem ter sua concessão suspensa ou revogada. A medida estaria diretamente ligada à tentativa de golpe sofrida em 2002, onde essa emissora teria papel central. Constata-se então que a figura do estado legalista tomou consistência. Através de medidas judiciais e administrativas aplicadas em prejuízo da mídia privada e até do sistema comunitário, o Estado aposta no aumento dos níveis de controle político e de censura, interferindo na independência da mídia e coagindo a livre fluência de ideias e opiniões (CANELÓN-SILVA, 2014).

O sistema midiático rejeita quaisquer modificações que arrisquem sua autonomia. Todo movimento para a regulação da radiodifusão sob concessão pública provoca reações através de editais e artigos chamando de "ditadores cujo objetivo é acabar com a liberdade de expressão" aqueles governantes que apoiam a democratização da comunicação. O que ocorre, na verdade, é o bloqueio do debate sobre a função e os limites da atuação social dos meios. As grandes empresas do setor não possuem nenhuma autoridade moral nem ética para falar de "liberdade de expressão", já que negam continuamente a diversidade informativa e cultural através do controle seletivo de informação e opinião. Há uma confusão entre interesses empresariais e políticos com o que seria a função de informar e entreter. Isto acentua a ilegítima pretensão da mídia hegemônica de definir regras unilateralmente a fim de se colocar acima das instituições, exercendo não a liberdade de expressão, mas a liberdade de empresa (MORAES, 2015).

## **Conclusão**

Retomando a teoria de Gramsci, os meios de comunicação fazem parte do aparelho privado da hegemonia, cujo papel social é a propagação ideológica de caráter educador para a obtenção de um consenso. Nas duas sociedades observadas neste trabalho, a imprensa

aparece como ferramenta de oposição aos governos. Isso ocorre, em ambos os casos, devido ao caráter popular das gestões de Lula e Chávez que geraram descontentamento das elites tradicionais. Estas, por sua vez, com a ajuda de seus intelectuais tradicionais, utilizaram a imprensa a fim de manipular o cenário político a seu favor.

No Brasil, ao se considerar o panorama de que os meios de comunicação nacionais são propriedade de um reduzido número de famílias, que por sua vez se posicionaram, majoritariamente, contra o governo, se torna evidente que os conteúdos veiculados se encontravam carregados de manifestações ideológicas anti-hegemônicas. Jornalisticamente, não havia espaço para notícias informativas ou de cunho ideológico dissonante.

Na Venezuela, os meios de comunicação privados, após um longo processo, se tornaram porta-vozes da oposição que, em uma sociedade com alto nível de polarização, resumia-se ao anti-chavismo. O governo venezuelano, por sua vez, tornou a comunicação uma política de Estado, transformando os meios de comunicação em propagadores dos ideais revolucionários bolivarianos, ou seja, se apropriou de aparelhos privados da hegemonia para a difusão ideológica. Concretizou assim o papel da nova classe dominante no país através de leis como a Ley Resorte de 2004, que estabelece direitos e deveres para os grupos portadores de concessões e para o governo que as concede.

Kitzberger aponta que algumas interpretações sugerem que nos países da América Latina em que houve um giro político à esquerda, as oposições, desprovidas de instrumentos políticos, resignificaram a mídia como “grupos de combate na linha de frente” onde a estratégia dominante seria obstruir e recusar a legitimidade e, dessa forma, a autoridade de novas lideranças políticas regionais (KITZBERGER, 2009). Ficou evidente nos casos aqui analisados a alta capacidade de interferência midiática na esfera política, de acordo com os interesses da classe que aquela representa. Contudo, apesar dos ataques intensos a estes governos, houve, naquele período, o prevaletimento da legitimidade democrática.

Finalmente, é possível dizer que a disputa de forças presente no momento histórico aqui analisado é fundamental para a compreensão de sua continuidade em conjunturas posteriores. Considerando a presença de transições políticas com manutenções ideológicas, ocorrem, ainda hoje, disputas pelo controle da hegemonia. O desafio agora é traçar panoramas que expliquem, por exemplo, no caso brasileiro, como essa disputa de poder ajudou a promoção de um golpe derrubando a Presidenta Dilma Rousseff, sucessora de Lula. Ou no caso venezuelano, o constante debate sobre a ausência de liberdade de expressão devido ao excesso de interferência estatal nos meios de comunicação.

## **Bibliografia**

- ALVES, A. R. C. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010.
- AZEVEDO, F. A. **Mídia e democracia no Brasil**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 12, nº 1, p. 88-113 Abril/Maio, 2006.
- CANELÓN-SILVA, A. R. **Del Estado comunicador al estado de los medios catorce años de hegemonia comunicacional em Venezuela**. Palabra Clave 17(4), 1243-1278. Dezembro 2014.
- CHAIA, V. **Escândalos políticos e eleições no Brasil**. Anais VI COMPOLÍTICA, 2015. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2015/04/GT8-Chaia.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2016.
- FEMIA, J. **Gramsci's political thought: hegemony, consciousness, and the revolutionary process**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.
- FREEDOM HOUSE. **Freedom of the world 2016 – Venezuela**. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2016/venezuela>>. Acesso em: 28 maio 2016.
- FREITAS, E. L. V. **Três cavalheiros da imprensa e uma luta política**. Revista Aurora, 2. São Paulo, 2008.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos Cárcere volume 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HALL, S. **The problem of ideology: Marxism without Guarantees**: pp. 57-85, in Matthews, B (ed) Marx 100 Years on. Londres: Lawrence Wishart, 1996.
- JÚNIOR, A. A. S. **Ideologia, consciência social e hegemonia na obra de Antonio Gramsci**. Emancipação, Ponta Grossa, 13(1): 23-37, 2013.
- KITZBERGER, P. **Las relaciones gobierno-prensa y el giro político en América Latina**. POSTData, p.157-181. 14 agosto 2009.
- KUCINSKI, B. **Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. Editora UNESP, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O antilulismo na campanha de 2006 e suas raízes**. In LIMA, V. A. (Org). A Mídia nas Eleições de 2006. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- MORAES, D. **A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América latina e outros ensaios**. Pão e Rosas: Rio de Janeiro, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci**. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.
- \_\_\_\_\_. **Seis cuestiones para entender la hegemonía mediática**. Revista América Latina em Movimiento (28/01/2015). Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/active/80425#comment0>>. Acesso em 12 janeiro 2016.
- NASSIF, L. **A longa noite de São Bartolomeu**. In LIMA, V. A. (Org). A Mídia nas Eleições de 2006. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- PEDREIRA FILHO, W. S. **Resenha Bibliográfica: Os intelectuais e a organização da cultura por Antonio Gramsci**. Rev. adm. empres. vol.17 no.1 São Paulo Jan./Feb. 1977.
- SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.